

Caminhos e Descaminhos da Intersubjetividade

Os laços sociais e a construção da identidade

Adriano Messias de Oliveira
UNI-BH – Centro Universitário de Belo Horizonte

Índice

1	Introdução	1
2	A voz olvidada dos subjugados .	2
3	A cornucópia do desejo	4
4	O eu e o outro que se sagram pela linguagem	13
5	Conclusão	16
6	Referências Bibliográficas	20

Cântico XXIV

Não digas: Este que me deu corpo é meu Pai.
Esta que me deu corpo é minha Mãe.
Muito mais teu Pai e tua Mãe são os que te
fizeram
Em espírito.
E esses foram sem número.
Sem nome.
De todos os tempos.
Deixaram o rastro pelos caminhos de hoje.
Todos os que já viveram
E andam fazendo-te dia a dia
Os de hoje, os de amanhã.
E os homens, e as coisas todas silenciosas.
A tua extensão prolonga-se em todos os sentidos.
O teu mundo não tem pólos.
E tu és o próprio mundo.

Cecília Meireles

1 Introdução

“Som els dos supervivents. Jo, i l’altre, que és el meu odiós enemic. I al nostre voltant res més, in inacabable desert.” Pàmies

Os astrofísicos e exobiólogos vertem seus olhares para as infindas planícies que se descortinam além da Terra, em busca de indícios de civilizações extraterrenas. Os geneticistas vasculham os vértices e as sutis ligaduras do DNA à procura dos vestígios dos antepassados. Os poetas e os bardos, os aedos e os sacerdotes, as pitonisas e os médiuns querem manter contato, há milênios, com o outro que não vêem. A saudade, o pranto, a dor, mas igualmente a ternura, a paixão, o sentimento fraterno tornam-se índices de que alguém por mim passou, ou de que um outro se faz presente em meu caminho.

Amizade e amor estão entre as palavras mais escritas nos anais do tempo. Desde a Antiguidade, *flo*, *ágape* e *eros* são elementos da empreitada humana, da construção social, da arquitetura da linguagem e do processo da comunicação. Não se pode pensar no ato comunicativo sem levar em consideração a saga da busca pelo Outro¹ - entendendo

¹ Outro é grafado com inicial maiúscula, neste caso, apenas para relevo e destaque. Não assume o significado lacaniano de Outro/outro. Veja observa-

a presença da intersubjetividade como vivência e como representação das grandezas e das mazelas de nossa espécie.

Ser humano é ser comunicante, é estar marcado pelo corte que nos separou, em antanho, do restante dos seres e das coisas do mundo; corte esse que se configura na capacidade de representação simbólica desse mesmo mundo, por intermédio da linguagem, exercitada e legitimada no âmbito da comunicação. E eis um desafio com o qual, desde o início do século, os estudiosos (sejam eles psicólogos, sociólogos, antropólogos, psicanalistas, cientistas políticos, filósofos, engenheiros, semióticos, lingüistas, semiólogos ou comunicólogos) vêm lidando: a compreensão da intersubjetividade, do diálogo possível, da construção da identidade e dos laços sociais.

Este trabalho tem como proposta inicial trilhar brevemente os caminhos (e os descaminhos) tomados pelos homens, no decorrer do século XX, na busca do Outro, dentro da esfera comunicacional. Portanto, consta de um parte intitulada *A voz olvidada dos subjugados*, a qual enumera as escolas, as correntes e os pensadores que se preocuparam menos com a questão da alteridade na comunicação social; e de uma segunda parte, *A cornucópia do desejo*, com um histórico das linhas de pesquisa (e seus respectivos estudiosos) que lançaram um olhar mais ousado e profundo em torno da intersubjetividade. Uma terceira parte, *O eu e o outro que se sagram pela linguagem*, aborda a relação entre as subjetividades, relação esta marcada pela presença da linguagem. *A Conclusão* enfatiza os novos paradigmas da comunicação social do fim do século.

ção da página 10.

2 A voz olvidada dos subjugados

A *Mass Communication Research*, ou Pesquisa Norte-Americana, atuante na década de 30 e, sobretudo, na de 40, é a primeira escola que se insere no rol daquelas que tiveram outras preocupações no universo da comunicação dos *media* que não a relação entre as intersubjetividades. Com um caráter instrumental e pragmático, ela pretendia responder às necessidades e aos problemas da nova realidade comunicativa que se instaurava na primeira metade do século. Laswell, Lazarsfeld, Lewin e Hovland foram seus quatro pesquisadores principais, imbuídos pelo estudo dos efeitos e das funções dos meios de comunicação de massa, observadores dos elementos internos do processo comunicativo.

Desta corrente surgiu a Teoria dos Efeitos (Teoria Hipodérmica), alicerçada no binômio estímulo-resposta (a partir dos estudos de Pavlov), e no objetivismo behaviorista (embasada nas pesquisas de Watson), que, transpostos para a área da comunicação, conferiam onipotência aos meios de comunicação de massa (MCM²). De acordo com os estudos realizados, cada indivíduo, desconsiderando-se os fatores históricos, sociais e emocionais de sua vida, era diretamente atingido e manipulado pelas mensagens veiculadas. Tal linha de pesquisa surgiu

² Queremos enfatizar que nossa definição de meios de comunicação de massa está de acordo com a definição de McQuail: os MCM “são instituições que exercem uma atividade-chave que consiste na produção, reprodução e distribuição de conhecimentos (...), conhecimentos que podem dar um sentido ao mundo, moldam a nossa percepção e contribuem para o conhecimento do passado e para dar continuidade à nossa compreensão presente.” (MCQUAIL, 1983, p. 51).

no período entre guerras – marcado pelos regimes totalitários - e dava crédito à manipulação das massas por meio da mídia. As relações interpessoais não interessavam, e cada pessoa era encarada como um ser passivo e submisso, sem vontade própria, cujo pensamento era completamente inibido quando estava agrupada a alguma massa (teoria da psicologia social de Le Bon). Em 1921, FREUD, citado por MATTELART (1999), já criticava tal postura:

“Se o indivíduo isolado na multidão abandona sua singularidade e se deixa suggestionar pelos outros, fá-lo porque nele existe a necessidade de estar de acordo com eles, mais do que, em oposição, fazendo-o pois talvez, afinal de contas, ‘por amor a eles’.” (MATTELART, 1999: p.25).

Para a Teoria dos Efeitos, havia um grande interesse em se compreender o mecanismo da persuasão. A mídia agia como agulha hipodérmica, inoculando suas “verdades”, modificando o comportamento social por meio de manipulações, e buscando a organização ótima das mensagens.

Paralela à Teoria Hipodérmica e à Abordagem Empírico-Experimental³, estava a Teoria Funcionalista, que, como o nome indica, se preocupou com as funções dos MCM e adotou uma linha sóciopolítica: ela saiu do indivíduo e concentrou-se na socie-

³ A Abordagem Empírico-Experimental ou da Persuasão (paralela à Teoria Hipodérmica) buscou uma complexidade maior do que as demais teorias mencionadas, estudando a eficácia persuasiva. Ela tentou, por exemplo, explicar o fracasso de determinadas tentativas de persuasão.

dade. Foram estabelecidos modelos e funções (como os de Wright, o de Lasswell⁴ e o de Lazarsfeld-Merton), visando a compreender como a dinâmica do sistema social definia o campo de interesse de uma teoria dos mass media. Nos anos 40 e 50, a sociologia funcionalista da mídia redescobriu a importância dos grupos primários (o Two-Step-Flow).

A Teoria dos Efeitos Limitados (*Two-Step Flow*⁵ ou Abordagem Empírica de Campo) tentou mostrar que os efeitos não podem ser atribuídos totalmente à esfera do indivíduo, mas também à rede de relações. Abriu-se a possibilidade para a influência das relações informais entre as pessoas no resultado, por exemplo, de uma campanha publicitária. O processo de influência é indireto e depende da presença não apenas dos MCM em si, mas, sobretudo, de líderes de opinião. A comunicação é analisada como ato verbal, consciente e voluntário.

Ainda no âmbito funcionalista, devemos destacar os estudos de Kurt Lewin sobre a “decisão de grupo”, o fenômeno do formador de opinião, as “reações” de cada membro no interior do grupo e diante de uma mensagem comunicada por diferentes vias. Lewin procura mostrar que a conduta de um indivíduo resulta de suas relações com o meio físico e social que age sobre ele.

Houve, nos anos 50, uma voz dissidente: Wright Mills, iniciador dos estudos culturais (*cultural studies*) americanos, que buscou relacionar as experiências pessoais vividas na

⁴ Quem diz o quê, através de que canal, com que efeito?

⁵ Primeiro degrau: pessoas bem informadas, diretamente expostas à mídia.

Segundo degrau: pessoas menos informadas; dependem de outra para obter informação.

realidade cotidiana às questões do dia a dia cristalizadas nas estruturas sociais. Ele inovou ao perguntar que tipo de homem e de mulher a sociedade estava criando.

Claude Shannon e Warren Weaver são dois nomes que se destacaram na busca da formalização do processo comunicativo. Ambos engenheiros matemáticos, tentaram realizar um estudo quantitativo de engenharia da comunicação. A Teoria Matemática da Comunicação ou Teoria da Informação estabelecia a comunicação como sistema (e não como processo) de transmissão de uma mensagem, por meio de uma fonte de informação, através de um canal, a um destinatário. A comunicação, para eles, tinha um modelo linear, unidirecional. Com Shannon e Weaver abrem-se as primeiras referências substantivas para o estudo da complexidade (Teoria da Informação e da Cibernética).

A famosa Teoria Crítica (ou Escola de Frankfurt) foi composta pelos judeus Adorno, Marcuse e Horkheimer, além de outros acadêmicos, influenciados, principalmente, por Marx e Freud (psicologia do profundo), mas, ainda, por Hegel, Kant, Nietzsche e Schopenhauer. Seus pensadores buscavam a crítica da sociedade como um todo, preocupados com a superestrutura ideológica e com a cultura. Abordaram sobremaneira a indústria cultural⁶, dentro da perspectiva da manipulação. Dentre os seus temas de interesse, está a indústria cultural, sistema em que os produtos culturais se conjugam harmonicamente; nela, existe e estandardização, a organização, a estereotipagem

⁶ Adorno e Horkheimer criaram o termo “indústria cultural” para substituir “cultura de massa”, que poderia ser enganoso (daria a impressão de que as massas estariam produzindo cultura).

e a baixa qualidade dos produtos; seu objetivo resume-se a vender bem, agradar, e não inovar. A indústria cultural é multiestratificada – as mensagens ora são explícitas, ora são ocultas. Os indivíduos aderem acriticamente aos valores impostos. Desmorona-se a individualidade para surgir uma pseudo-individualidade, calcada na adesão irreflexiva aos valores da indústria cultural. Os indivíduos não passam de fantoches manipulados pelas normas sociais, e são vistos como desprovidos de autonomia, de consciência para julgar e de senso crítico. A mentalidade das massas seria imutável. Em relação ao cinema, acreditavam que os filmes paralisavam a imaginação e impediam o trabalho intelectual.

Uma discussão importante dos frankfurtianos era a conjugação entre arte e tecnologia (imbuídos de uma visão erudita da vida, viam o princípio de reprodução como não benéfico, a partir do momento em que a intromissão da tecnologia no ambiente da cultura dessacralizaria a arte). Membro importante dessa escola foi Walter Benjamin – que voltou a despertar, a partir dos anos 80, grande interesse nos comunicólogos, enquanto que Adorno e Horkheimer saíram do cenário de discussões midiológicas nos anos 70. Marcuse, talvez o maior nome da Escola de Frankfurt, verdadeiro emblema de maio de 68, demonstrava a irracionalidade de um modelo de organização social que subjuga o indivíduo, em vez de libertá-lo. A linguagem do discurso mediático era tida como unidimensional; a instrumentalização das coisas tornava-se a instrumentalização dos indivíduos.

3 A cornucópia do desejo

Até aqui, expusemos as escolas, teorias e pesquisadores que achamos ter mais interesse para um suposto processo sistemático e universal da comunicação, do que para construção intersubjetiva do processo comunicativo. Acreditavam em um indivíduo que permanecia à mercê dos MCM, manipulável, incapaz de reagir às mensagens e jamais visto como alguém capaz de transitar em um mundo compartilhado intersubjetivamente. Não negamos a importância que tais estudos tiveram para seus respectivos momentos históricos quando, ainda incipiente o campo de pesquisa da comunicação social, foram seus pesquisadores beber em fontes mais seguras, como as ciências exatas e biológicas. Porém, anterior, concomitante e posteriormente às teorias da Primeira Parte, houve campos de pesquisa e estudiosos que se configuraram como fundamentais para estabelecer uma conduta e um corpo textual para as pesquisas do Outro na esfera da comunicação social.

Antes mesmo de começarmos a tratar propriamente as escolas e linhas de pesquisa que se envolveram com a área comunicacional e mediática, relembremos a Idéia de *Gemeinschaft*⁷ ou Teoria dos Vínculos Sociais de Tönnies – conhecida pelos sociólogos – uma formulação teórica advinda da província alemã de Schleswig-Holstein. O jovem sociólogo Ferdinand Tönnies produziu, em 1887, uma análise teórica chamada *Gemeinschaft und Gesellschaft*. Tal teoria opõe dois tipos contrastantes de organização societária (um pré-industrial e um como produto da industrialização).

⁷ Literalmente, a palavra significa “o humano comum”; a “humanidade compartilhada”.

Interessa-nos, particularmente, a *Gemeinschaft*, que traduziremos muito imperfeitamente por “comunidade”. Ela trabalha com os laços e sentimentos existentes entre os membros de uma família. Mas sua idéia ultrapassa tais laços ao estudar não apenas as pessoas unidas pelo sangue, mas, igualmente, as que se unem de uma maneira informal pela tradição, pela amizade, por alguma crença ou por outro fator social de coesão. A idéia de *Gemeinschaft* encerra um sentimento recíproco, vinculativo, que mantém os seres humanos juntos como membros de uma totalidade, que pode ser uma família, um clã, uma aldeia, uma ordem religiosa, uma sociedade. Poucas sociedades podem ser consideradas totalmente inseridas no contexto *Gemeinschaft*, mas tal teoria é precursora, antes mesmo de trabalhos mediológicos e comunicacionais, das aferições sobre uma possível intersubjetividade.

A *Gesellschaft*, por sua vez, estabelece um relacionamento social voluntário, mediante um acordo racional e formal. Nela, existe um comprador e um vendedor; tal protótipo relacional insere o indivíduo em um sistema social impessoal, anônimo e competitivo. Ambas as concepções podem ser consideradas exageradas, já que não tinham finalidade outra que não a de serem arcabouços teóricos. Servem, inicialmente, para se fazer uma primitiva avaliação do impacto dos MCM na sociedade e nas formas de relacionamento.

As pesquisas comunicativas do século XX foram inauguradas pela Escola de Chicago, ainda pouco conhecida no meio acadêmico brasileiro, e que demonstrou, de alguma forma, uma preocupação com o Outro. Esta escola existiu da primeira década do século até o início dos anos 40, e visava a estudar o interacionismo social. Destaca-se, entre seus

pesquisadores, o nome de Ezra Park. Foram iniciados os estudos sobre os imigrantes europeus que aportavam na costa leste dos Estados Unidos. Para esta escola, a cidade era tida como um tipo de “laboratório social”. Outro legado de valor advindo da Escola de Chicago é ter-se podido falar em “ecologia humana”, bem antes de a ecologia ser palavra desgastada nos MCM, como o foi nas últimas duas décadas. Seus estudiosos percebiam a luta pelo espaço regendo as relações interindividuais; desenvolveram a noção de competição e a de divisão do trabalho. Atribuíam, todavia, um certo determinismo biológico às comunidades humanas.

Charles Horton Cooley, representante do Interacionismo Simbólico, foi muito influenciado por esta corrente. Ele desenvolveu estudos que procuravam demonstrar que a comunicação humana existia em decorrência das diversidades individuais. Estudou os grupos primários – onde existem com associação e cooperação íntima entre os indivíduos –, a construção do *self* (Jung), o aprofundamento da experiência individual e a desintegração das relações sociais. A Escola de Chicago pode ser considerada a ancestral e fundante da busca da intersubjetividade.

Para Cooley, as pessoas são capazes de relacionar-se umas com as outras, não baseadas em suas características objetivas, mas somente por meio de impressões (“idéias pessoais”) que criam a respeito das outras, graças às suas interações. Criamos idéias pessoais para cada indivíduo que conhecemos, e idéias mais gerais para pessoas de diferentes categorias, tomadas como coletividades. A idéia pessoal é uma construção de significados, um conjunto de atribuições imaginadas, que projetamos em cada um de nossos amigos e conhecidos como se fossem interpreta-

ções de suas reais *personae*.. Cooley estava convicto de que somente criando essas duplicatas de pessoas reais em nossas mentes é que podemos nos empenhar em intenção social com as mesmas. Usamos a idéia pessoal que temos de cada pessoa como base para prever seu comportamento ou o de outras que se pareçam com ela. A idéia pessoal, dessa forma, torna-se a pessoa real. É só nela que um homem existe para outro, e atua diretamente sobre sua mente. A sociedade seria, em suma, uma relação entre idéias pessoais.

Charles Cooley ainda desenvolvia o pensamento de que é preciso que tenhamos também uma idéia pessoal minuciosa de nós mesmos. Isso nos permite um conhecimento que nos ajuda a definir como devemos agir no relacionamento com outras pessoas. Saber que somos masculinos ou femininos, gordos ou magros, bonitos ou feios, inteligentes ou medíocres, é crítico para a formação de nossas reações a outros, acerca dos quais temos idéias pessoais.

Tal proposição do autor em questão remete-nos a uma analogia com o Estágio do Espelho, de Jacques Lacan. Vamos fazer aqui um parêntese para tratarmos desta interessante contribuição para o campo de estudo da intersubjetividade. Particularmente, entendo tal período como aquele em que a criança (entre 6 a 18 meses, geralmente) se vê refletida em um espelho qualquer, por iniciativa de um adulto. Como sua coordenação motora é muito imatura nesta idade, a criança tem uma impressão fragmentada e descoordenada de seu corpo. É ao se ver como imagem (*imago*) no espelho que ela passará a desenvolver uma impressão a respeito de si mesma. É o espelho (o outro) que lhe diz quem é. Estendendo tal conceito para o campo da comunicação, podemos afir-

mar que é também a partir do(s) outro(s) – nosso(s) espelho(s) – que o nosso eu se constituirá.

Lacan ainda faz inferências sobre as implicações da fase edipiana e da castração como formadoras da identidade (inclusive e principalmente a sexual) de um indivíduo. O Édipo é, para este psicanalista francês, a descrição de uma estrutura intersubjetiva na qual estão presentes mãe - filho - pai. O pai é tal em relação a alguém que é filho, e vice-versa; isso demonstra, a título de exemplo, uma estrutura como organização que tem posições e lugares vagos, os quais podem ser ocupados por personagens distintos – o que coaduna perfeitamente com os pensamentos semióticos e interacionistas ligados ao campo intersubjetivo.

Ainda para continuar exemplificando a relação intersubjetiva (para que possamos criar analogias com o que se dá entre sujeito - sujeito - MCM), mencionamos que, para o menino, o Outro⁸ se encontra na relação primordial com a mãe. O Outro é a linguagem que, contudo, não é a dele, pois é trazida de fora. A mãe é o Outro e, ao mesmo tempo, o “outro” (o lugar do transitivismo, a imagem com a qual o menino vai se identificar e, daí, será constituído o seu ego como ego-representação). Ela é o outro imaginário, o semelhante especular (e, assim, o *autre* nos interessa mais neste estudo e se aproxima mais da abordagem de Cooley) com o qual o menino se identifica; ele crê que o outro é ele. O filho passa a tomar a identidade sugerida pela mãe como se fosse dele; toma o desejo dela: ele é o inteligente, o bravo, o

⁸ “Outro” com “o” maiúsculo porque significa o lugar de onde se origina o código, a linguagem, as palavras que vão captar e moldar as necessidades de um sujeito. (A – *Autre*, no original).

que vai ser médico, o que vai se casar com uma bela mulher...

O pai, por sua vez, é o privador da mãe em sentido duplo: priva o menino do objeto de seu desejo e priva a mãe do objeto fálico (o filho). Há uma substituição da demanda do sujeito, ao dirigir-se ao outro (o semelhante, o outro da relação especular; a mãe); é aqui que encontra o Outro do outro, sua lei.

O menino, dirigindo-se à mãe (outro), encontra um Outro (a lei ou algo que a signifique, à qual a mãe também deve se submeter). É a chamada *castração*, que instaura o falo como algo que está fora de qualquer personagem; ele se institui na cultura.

A lei é o regulamento que está acima do desejo e da vontade do indivíduo. Para o menino, o protótipo frásico da lei seria “não dormirás com a tua mãe, mas poderás dormir com qualquer outra mulher” – em suma: a proibição do incesto. O pai se manifesta para o filho como outro, não como lei; é um semelhante, com o qual o menino rivaliza.

Daí em diante, o sujeito (o menino) apresenta-se sob a máscara da masculinidade (identificação com o Ideal do Ego – uma verdadeira constelação de insígnias). O sujeito que o possui fica tipificado como pertencente à classe dos homens.

O pai outorga o direito à sexualidade e produz-se o surgimento da identidade de ser sexuado. Desta forma, a identidade não é algo que deriva de si mesmo, e sim, que chega a ser aquilo que é. Conseguimos, pela evolução do Complexo de Édipo, a ter como identidade sexual aquilo que anatomicamente somos. A normatização, por conseguinte, é a inscrição do sujeito em uma norma da cultura. Deixando de lado estas abordagens psicanalíticas, prosseguimos nosso estudo.

Todo comportamento na presença de outra pessoa é comunicação. Esta poderia ser a premissa da segunda escola que desenvolveu estudos sobre o campo intersubjetivo, de acordo com a seqüência escolhida para este trabalho: a Escola de Palo Alto⁹ ou Colégio Invisível, ou ainda Escola da Práxis¹⁰, dos anos 40 (lamentavelmente só reconhecida na década de 80). Para seus diversos estudiosos, a comunicação social deveria ser estudada pelas ciências humanas e a partir de um modelo próprio. A comunicação era vista dentro de um modelo circular retroativo, no qual o receptor tem papel tão importante quanto o emissor, o que entra em desacordo com o pensamento das teorias da Primeira Parte, em especial a funcionalista e a frankfurtiana. A essência da comunicação reside em processos relacionais e interacionais, e não mais ao império dos MCM sobre os indivíduos alienados em suas massas amorfas. Todo o comportamento humano passa a ter valor comunicativo; as relações humanas são um vasto sistema de comunicação.

Para os estudiosos da Escola de Palo Alto (em especial, Watzlawick), as perturbações psíquicas remetem a perturbações da comunicação, a qual também passa a ser estudada como processo social permanente, que integra múltiplos modos de comportamento: a fala, a gestualidade (cinética), o olhar, o espaço interindividual (proxêmico). Os imprevistos do comportamento humano são reveladores do meio social. A análise do contexto se sobrepõe à análise do conteúdo.

⁹ Cidadezinha localizada na Califórnia, nas proximidades de San Francisco.

¹⁰ A obra inaugural desta escola foi *Pragmatics*. A práxis enfatiza as relações de sujeito a sujeito, em oposição à *techne* (relação sujeito-objeto).

Gregory Bateson (antropólogo), Birdwhistell, Edward T. Hall, Goffman e Watzlawick são presenças importantes dessa escola. Hall lançou as bases da proxêmica, destacando as múltiplas linguagens e códigos, as “linguagens silenciosas”¹¹ próprias de cada cultura: do tempo, do espaço, da posse material, dos modos de amizade, de negociações, de acordos. Tais linguagens informais estão na origem dos choques culturais.

Paul Watzlawick mostrava que a interdependência entre indivíduo e meio foi menosprezada pela exploração psicanalítica e que, justamente aí, o conceito de troca de informação (comunicação) tornava-se indispensável (WATZLAWICK, 1973: p.25). Ele realizou pesquisas no campo mental, estudando os modos de comunicação dos esquizofrênicos (que, ao tentarem negar que se comunicam, acabam por fazê-lo) e os sintomas catatônicos¹² como comunicação. Também foi WATZLAWICK (1978: p.7) que afirmou que a comunicação cria o que chamamos realidade, tema também estudado por Berger e Luckmann na obra *A Construção Social da Realidade*, ao abordarem a realidade do mundo cotidiano.

Watzlawick mostra ainda que as pessoas, no nível relacional, não comunicam sobre fatos situados fora de suas relações, mas

¹¹ Hall escreveu, na década de 50, o livro *The Silent Language*, que trata desses temas, juntamente com *The Hidden Dimension*, no qual estão desenvolvidos significativos trabalhos comparativos entre culturas diversas.

¹² Um sintoma era considerado uma mensagem não-verbal. “Não sou eu que não quer (ou quer) fazer isso: é algo fora de mim, fora de meu controle (meus nervos, minha família, o cigarro, o modo como fui criado, etc.)”: assim opera o pensamento do catatônico.

oferecem-se mutuamente definições dessa relação e, por implicação, delas próprias. Ele, com Von Glasersfeld, Von Foerster e outros, defendia um “construtivismo radical”, que faz da “realidade” o puro correlato do espírito, da consciência, da linguagem ou da interpretação. O protótipo de sua metacomunicação é “Isto é como eu vejo a mim próprio (em relação a você, nesta situação específica)”. O conceito de eu para Watzlawick tem de ser continuamente reconstruído, se quisermos existir como pessoas e não como objetos. Este conceito é reconstruído, em especial, na atividade comunicativa. Mais uma vez percebemos semelhanças com o pensamento de Berger, Luckmann e também com Bakhtin.

Pierre Bourdieu, outro representante de Palo Alto, preocupou-se com a violência oculta. A sociedade, para ele, é tida como sistema de relações de força e de sentido entre gêneros e classes. Michel Foucault, por sua vez, reconheceu os dispositivos da comunicação-poder e pensou um modelo de organização em “panóptico”: o dispositivo televisual controlando e vigiando o indivíduo e assegurando a produção positiva de comportamentos. A TV seria a “máquina de organização”, “panóptico invertido”.

Na década de 50, nasceu a Teoria Cultural ou Escola Francesa (que, juntamente com a Escola de Birmingham, concentrou-se nos estudos culturais com base antropológica, e não nos dos MCM). Um nome importantíssimo dessa escola é o de Edgar Morin, que identificou uma nova forma de cultura na sociedade: a cultura de massa. A cultura, para ele, é um sistema constituído de valores, símbolos, imagens e mitos que dizem respeito à vida prática e/ou ao imaginário coletivo, compondo uma dimensão sim-

bólica que permite aos indivíduos se localizarem no grupo, formando uma espécie de atmosfera que permeia a inserção dos indivíduos no mundo. A realidade é tida como policultural.

Paralelamente aos seus trabalhos, foi criado um centro de estudos com a participação de Christian Metz (semiólogo do cinema) e A. J. Greimas, entre outros.

Edgar Morin estudou a complexidade. Para ele, a realidade é feita de laços e interações. Somos, porém, incapazes de perceber o todo (cf. MORIN, 1983).

Em nossa era da incerteza, para se entender a complexidade social, Morin criou alguns instrumentos para tal fim. Um deles é a noção de *sistema*. A sociedade não pode ser conhecida a partir de indivíduos e grupos isolados. Tem-se de juntar as partes ao todo e o todo às partes. Desde então, ele elaborou outras idéias, resumidas abaixo:

A idéia de circularidade (baseada na idéia de *looping*, de Nobert Wiener) expõe o caráter retroativo do sistema. O efeito volta à causa e a causalidade circula em espiral.

A idéia de *looping* autoprodutivo. O efeito é, ao mesmo tempo, causa. Os indivíduos produzem a sociedade, mas ela própria retroage sobre os indivíduos, com sua cultura e sua linguagem. Somos produtos e produtores.

O operador “hologramático”. No holograma, um ponto contém quase toda a informação do objeto. A parte está dentro do todo; o todo está dentro das partes. Estamos na sociedade, porém, ela desde que nascemos, está em nós, por meio das proibições, das normas, das leis e dos mitos.

O operador dialógico, que visa a unir noções que são, em princípio, concorrentes, antagônicas e, ao mesmo tempo, complementa-

res, como, por exemplo, vida e morte, ambas presentes em nós no decorrer de uma existência.

Outra de suas contribuições é quanto ao estudo dos paradigmas. Segundo Morin, paradigmas são estruturas de pensamento que comandam nosso discurso de maneira inconsciente. O paradigma da separação, por exemplo, reina, sobretudo desde a Renascença, no mundo ocidental (mágica/lógica, arte/ciência, etc). Separou-se o sujeito do conhecimento do objeto do conhecimento e ficou cada vez mais difícil se estabelecer ligações.

Edgar Morin também destaca o valor da solidariedade para o equilíbrio e a sobrevivência de uma dada cultura:

“A *única*¹³ maneira de salvaguardar a liberdade é que haja o sentimento vivido de comunidade e solidariedade, no interior de cada membro, e é isso que dá uma realidade de existência a uma sociedade complexa. A solidariedade é constituinte dessa sociedade.” (MORIN, 1983: p. 22).

A Escola de Birmingham, estabelecida no final da década de 60, percebia as estruturas sociais e o contexto histórico como essenciais para se compreender os meios de comunicação de massa. Para ela, a cultura é a soma das inter-relações sociais, de acordo com Stuart Hall. Cultura é processo global por meio do qual as significações são social e historicamente construídas.

Seus teóricos relêem Georg Lukács e Michail Bakhtin, Walter Benjamin, Lucien Goldmann (sociólogo da literatura), Sartre, Barthes, Gramsci, e reúnem grupos de trabalho em torno de diferentes áreas (etnografia, *media studies*, teorias da linguagem e sub-

jetividade, literatura, sociedade). Vinculam seus trabalhos a questões suscitadas por movimento sociais, em especial o feminismo. Interessa-lhes, por exemplo, as representações da mulher e a ideologia da feminilidade, e os estudos sobre os mitos (Lévi-Strauss e Barthes). Não são criados vínculos entre França e Inglaterra, apesar da influência francesa.

A *Everyday Television*, advinda da corrente de Birmingham, - representada por Charlotte Brunsdon e David Morley -, explorou a maneira pela qual os programas de diversão de massa tratam as contradições da vida e da experiência de homens e mulheres de vastas camadas sociais, e participam da construção de um senso comum popular. No centro dessa linha, estão o estudo das representações de gênero (masculino/feminino), de classe social, de grupos étnicos.

Muito conhecidos são os *Cultural Studies*, dos anos 60 e 70. Dentre os seus representantes, está Raymond Levis, e sua teoria com preocupação educativa. Ele também aborda as diferentes formas de produção literária, baseando-se na análise textual, na pesquisa do sentido e dos valores sócio-culturais.

Richard Hoggart (1957) descreve as transformações do modo de vida e das práticas do operariado e Raymond Williams critica a dissociação cultura e sociedade.

Gostaríamos de mencionar a contribuição da Economia Política, que surgiu nos anos 60 e 70. A partir de uma economia política da comunicação, foi criada a noção de indústrias culturais (termo empregado no plural), abandonando-se uma visão genérica dos MCM. Um de seus representantes é Fernand Braudel (com o conceito de “economia-mundo” que exemplifica as trocas desiguais nas relações de trabalho). A

¹³ Grifo nosso.

teoria da dependência, na América Latina (com destaque para Paulo Freire e a *Pedagogia do Oprimido*) mostrou reflexões sobre a comunicação e a organização popular. Na Europa, também estiveram presentes Bernard Miège, Patrice Flichy, sociólogos espanhóis, como Bustamante e Zallo, discutindo as indústrias culturais. A figura quase “profética” de Marshall McLuhan despontará no fim da década de 60 com o famoso conceito de aldeia global e a previsão de uma “economia informacional”.

Concomitantemente a este período de efervescência acadêmica, entra-se em um período muito importante, que é o do retorno do cotidiano, centralizando os enfoques de análise sobre a pessoa, sobre o grupo e sobre as relações intersubjetivas na experiência da vida cotidiana. O período recebe a contribuição da Escola de Palo Alto.

Das escolas e estudiosos que representam as chamadas etnometodologias, enfatizaremos o Interacionismo Simbólico, já parcialmente tratado quando nos referimos aos estudos de Cooley. Antes, porém, mencionamos o trabalho de Alfred Schütz, inspirador da Etnometodologia, que estudou os fundamentos do conhecimento na vida quotidiana. O mundo social, para ele, passa a ser interpretado em função de categorias e construções do senso comum, que são os recursos aos quais recorrem os atores sociais para alcançar uma compreensão intersubjetiva e para conseguir orientar-se uns em relação aos outros. Todos vivem dos “tempos sociais” diferenciados que remetem a outras relações com o saber e a outras tantas posições nas redes de relações intersubjetivas.

O Interacionismo Simbólico configurou-se como uma corrente de estudos da Escola Americana. Para esta escola, a interação é

elemento constituinte das formas de comportamento. A natureza dos objetos do mundo é social e simbólica. O ser humano é sujeito e agente: interpreta e simboliza.

Seu maior representante foi Herbert Mead. A partir dele, alguns estudiosos continuaram a desenvolver suas pesquisas interacionistas: citamos Blumer (da Escola de Chicago e que chamou a herança de Mead de Interacionismo Simbólico¹⁴); Kuhn (Escola de Iowa) e Goffman. Para Blumer, o comportamento humano fundamenta-se nos significados dos elementos do mundo; a fonte de significados é a interação social; a utilização dos significados ocorre através de um processo de interpretação.

Para Erving Goffman, os acidentes do comportamento humano revelam a trama do meio social e as regras constitutivas dos “ritos de interação”. Inserido na Escola de Palo Alto, desenvolve a análise dramaturgica: é preciso que nossos gestos revelem a verdade. Promove estudos em relação à análise de conversação, de etnografia da fala e de comunicação não verbal.

Mead trabalhava a convergência sociedade-indivíduo na comunicação e a tríade sociedade-indivíduo-mente como fundantes do ato social. O colocar-se no lugar do outro era um posicionamento de seu interesse. Ele exerceu profunda influência em sociólogos que buscavam compreender o relacionamento entre pensamento individual, pessoal e a ordem social. Usou o termo para referir-se à capacidade humana de aprender e de usar símbolos. É somente

¹⁴ Herbert Blumer cria o termo *Interacionismo Simbólico* em 1937, e ressalta a natureza simbólica da vida social. Estuda as interpretações, por parte dos atores, dos símbolos nascidos de suas “atividades iterativas”.

devido a tal capacidade que as pessoas podem se comunicar, baseadas em uma linguagem com significados convencionados em um código.

Segundo Mead, a chave do pensamento humano individual é a capacidade para se comunicar com os outros.

“Mead considerou o ato de pensar como uma resposta interior a símbolos autodirigidos. Devido aos seres humanos disporem desta capacidade, podem construir concepções do *self*, segundo as linhas sugeridas por Cooley, e podem aprender a antecipar tanto as ações de outros quanto o que eles encararão como comportamento socialmente aceitável.” (DEFLEUR & KOKEACH, 1997: p. 273).

Outro conceito que Mead desenvolveu é o de “o outro generalizado”. Nós necessitamos de assumir “o papel das pessoas” para nos relacionarmos com elas. Existem requisitos que devem ser apreendidos para desempenharmos os papéis específicos de um grupo. Em seguida, devemos empregar tais concepções a fim de antecipar como outras pessoas, em determinados papéis, reagirão a nossos atos. Inicialmente, quando crianças, vivemos isso em nossa família. Posteriormente, tendemos a expandir nossas concepções para incorporarmos a sociedade, muito mais ampla do que o núcleo familiar (o que resulta no outro generalizado). Mente, *self* e sociedade são construtos – estimativas e definições de papéis pessoais que conseguimos por meio de interação simbólica.

A partir da perspectiva interacionista simbólica de Cooley e Mead surgiu a Teoria da

Rotulação, importante para o estudo do comportamento desviante. Sua idéia motriz é de que a pessoa que viola a lei ou transgredir alguma outra norma significativa passa a ser “rotulada” pela sociedade. Este rótulo torna-se uma identidade para o indivíduo, reestruturando como os outros reagem a ele e acarretando mudanças no auto conceito da pessoa. Por exemplo, “homossexual”, “prostituta” e “delinqüente juvenil” (com suas numerosas sinónimas de baixo calão) evocam significados poderosos e levam a pessoa assim rotulada a ser tratada de formas negativas pela comunidade. É difícil de se escapar a tais rótulos, mesmo se os acontecimentos da vida que levaram-na a ser assim rotulada tenham sido passageiros e momentâneos. Já dizia Shopenhauer que um homem constrói sua honra durante toda a vida para, de repente, perdê-la de uma hora para outra, ao assumir uma atitude socialmente condenada. Concluindo: os significados atribuídos pelas pessoas tornam-se guias de seu próprio comportamento para o indivíduo que carrega o rótulo.

Louis Quéré e seu modelo praxeológico da comunicação nos traz a noção de comunicação como esquema conceptual para dar conta da atividade e da organização sociais, das relações sociais e da ordem social.

Segundo Quéré, para eu estar com o outro, objetivo minha subjetividade pela linguagem. Viver com o outro é organizar as diferentes objetividades.

Para ele, intersubjetividade é tudo o que está além e aquém de minha subjetividade. Compartilhamos o que damos conta de fazê-lo, mediante acordos feitos em comum.

O sentido, por sua vez, é construído no espaço entre, por meio de mediações simbólicas compartilhadas (conceitos, jogos de lin-

guagens, formas instituídas). A linguagem também descreve e relaciona, não apenas designa ou representa.

Seu esquema praxeológico (de perspectiva sociológica) é fundado na construção social da realidade, na ação do homem (práxis). Difere do epistemológico, dentro da perspectiva da psicologia cognitiva, que trabalha com sujeitos monológicos.

4 O eu e o outro que se sagram pela linguagem

A Semiologia (ciência que estuda a vida dos signos no interior da vida social), inserida inicialmente no Estruturalismo, deixou importante legado para os estudos comunicativos, em especial no que concerne à interação lingüística. Ferdinand de Saussure, lingüista do início do século¹⁵, estabelecia a língua como instituição social e a palavra como ato individual (criando, assim, os termos *langue* e *parole*). Roland Barthes fixou as linhas da semiologia em 1968, normatizando os termos significante e significado, denotação e conotação para os estudos do discurso mediático. Greimas empregou os termos prático-mítico, equivalentes a denotação-conotação. Para ele, a análise estrutural se esforça por englobar e sistematizar os fatos que vão além da linguagem primeira. O antropólogo Claude Levi-Strauss desenvolveu estudos sobre os mitos (que são múltiplos e heterogênicos) como formas de linguagem. Os mitos particulares (mitemas) só têm sentido quando combinados. Barthes também estudou os mitos sob a perspectiva

¹⁵ A lingüística estrutural pecou por negligenciar a relação emissor-receptor, o sujeito e a intersubjetividade.

do discurso (*a myth is a type of speech*). Um mito é um sistema de comunicação ou uma mensagem. É a comunicação do sentido, não apenas da simples idéia ou do objeto; é um modo de significação.

Ainda na mesma época, destacamos os estudos de análise da conversação empreendidos por Sacks, que mostrava a conversa como lugar privilegiado das trocas simbólicas, como uma ação, uma forma predominante de interação social.

Entretanto, destacamos a Filosofia da Linguagem, de Ludwig Wittgenstein, como campo do saber que não pode ficar isento de alguns apontamentos significativos para nosso trabalho. Este filósofo alemão deixou contribuições de grande valor ao tratar da lingüística comunicativa ou “pragmático-enunciativa”, que estuda as relações entre locutor e receptor (e, como já afirmamos, a lingüística estrutural negligenciou tais relações).

Para Wittgenstein, a duplicação eu-mundo se reflete no pensar. A linguagem é o veículo do pensamento; ela é o meio no qual o eu e o mundo se duplicam e se referem um ao outro. O pensar não é processo simultâneo à linguagem, mas está incrustado nela; o pensar e a linguagem formam um só conjunto. A partir dessas considerações sobre a abordagem wittgensteiniana, conclui-se que não se pode falar sem pensar, nem pensar sem falar. Mesmo quando penso, falo interiormente.

Devemos chamar de pensamento a alguma coisa que tem uma expressão articulada. (A expressão usa signos. Nos signos expressivos se consoma uma ligação com o mundo).

Wittgenstein propunha ainda que a linguagem e o pensar formam uma unidade, a primeira não pode estar contida no segundo, não pode encontrar-se “no espírito”. O pen-

sar, por sua vez, não se dá separadamente da expressão dos pensamentos; um e outro não são processos distintos. Não se pensa antes, nem ao mesmo tempo, nem depois do pensar ou do falar. Alguém que diga “penso sem palavras”, tem de expressar tal pensamento em palavras.

A linguagem não é algo efetivo (“de efeito”); ela é essencialmente latente. Nossos modos de falar é que nos levam a considerar a linguagem como algo efetivo. “Portanto, você quis dizer exatamente...” é uma forma de se falar a alguém. A pessoa foi tentada a empregar a sentença acima destacada, mas o que propriamente “se quis dizer”, o que “se pensou” já estava presente no espírito do comunicante, mesmo antes que fosse expressado. Isso porque a forma total de uma proposição é projetada desde o seu começo.

A linguagem, segundo Wittgenstein, é um poder institucionalizado, é a práxis vital comunitária dos homens. A linguagem de que tratamos aqui é a linguagem de nossa vida cotidiana. Apenas se pode dizer algo quando se aprendeu a falar. Por meio da linguagem, nos entendemos, nos motivamos mutuamente, atuamos. Alguém poderia dizer: sem linguagem não poderíamos nos entender uns aos outros? Isso soa como se existisse entendimento sem linguagem. Mas o conceito de linguagem repousa no conceito de entendimento, ou seja, no conceito de forma comum de vida. A relação entre pensamento e realidade é reproduzida pela linguagem por meio de uma expressão partilhada.

Somente posso dar um nome, denominar, se já conto com a presença da linguagem. Se já não existisse, por exemplo, o comportamento da dor, não poderíamos ensinar a uma criança o uso da expressão “dor de cabeça”.

O motivo de denominar alguma coisa de

algum modo necessita de uma justificação, precisamente, na linguagem comum. Não há sensações privadas. Quando posso captar e expressar uma sensação, já não é privada. O que importa é mostrar sobre que base falamos, sobre o que nos entendemos mutuamente.

Posto que os objetos desempenham (*juegan* no original em espanhol. Ver BRAND, 1981: p.79) um papel tão importante para nós, e já que isso marca tão fortemente a linguagem da vida cotidiana, é difícil descrever, nesta mesma linguagem, os autênticos fenômenos. Com muita frequência buscamos coisas, objetos onde não há nada.

Em especial Freud e, posteriormente, Wittgenstein, mostraram-nos que, quando duas pessoas falam, afetam-se mutuamente. Este último, porém, permitiu à psicanálise pensar uma alternativa dialógica para a linguagem. Mais adiante, Jacques Lacan apropriou-se de termos da lingüística de Ferdinand de Saussure para desenvolver seus trabalhos: um deles foi o de *significante*¹⁶. Um passo importante tinha sido dado ao se discutir a intervenção que ocorre nas subjetividades quando duas pessoas dialogam. O psicanalista francês também afirmou que o inconsciente é estruturado como uma linguagem e, por isso, manifesta-se entre os seres, no espaço entre-dois. O inconsciente só passará a existir, na teoria lacaniana, no ato de

¹⁶ Em Lacan, este termo é tido como uma derivação do conceito de *significante* em lingüística, mas não é uma cópia ou uma reprodução de “*significante*” presente no *Cours de Linguistique Générale*, de Saussure. Na teoria lacaniana, *significante* é algo da ordem do sensível ou capaz de converter-se em perceptível; inscreve algo que é uma ausência. Configura-se como uma expressão involuntária do ser falante: um sonho, um vestígio acústico, um lapso, um chiste, um ato falho, etc.

um dito; não há fala que não seja afetada pelo inconsciente. Caem por terra, por conseguinte, a idéia de inconsciente individual e a concepção junguiana de inconsciente coletivo. O inconsciente (e também a linguagem, atenhamo-nos a isso) vem para ligar os seres, atravessando e envolvendo os falantes. O corpo¹⁷, por sua vez, está submetido à linguagem; ao contrário desta, ele separa os seres e é atingido quando o sujeito é visitado pela fala. Assim, em qualquer diálogo, ocorre a manifestação do inconsciente, esse saber da repetição¹⁸. A fala nos antecede, nos revira e nos atinge: não há como fugir dela.

É também pelo verbo que nos conhecemos. Sabemos que as pessoas só se “curam” em psicanálise porque conseguiram verbalizar seus traumas e conflitos. É o que Anna O., paciente de Freud, denominou de *talking cure*, fundamento psicanalítico. Relembramos mais uma vez Lacan, que disse que o ser humano é efeito da linguagem (*falasser*). E é porque fala que o sujeito (se) pergunta “quem sou eu?”.

Breuer e Freud trabalharam a verbalização na análise psicanalítica e Lacan adentrou mais na questão da linguagem. Bakhtin, todavia, bem antes de Lacan, reconhece, no campo freudiano, a dimensão lingüística; porém, inova ao dizer que a palavra é ideológica por natureza:

“Qualquer troca de palavras,
mesmo entre analista e paciente,

¹⁷ Entendemos o “corpo”, neste caso, como energia psíquica e gozo, que ressoam no corpo físico, orgânico. Este último, por si só, não diz nada; fica sempre à mercê do inconsciente para “dizer” algo.

¹⁸ Na teoria lacaniana, diz-se que o discurso não informa: evoca.

caracteriza-se por uma entonação social específica através da qual adquire especificidade e *momentum* históricos.” (BAKHTIN, citado por STAM, 1992: p. 21)

Para o grande teórico russo, a linguagem, como criação coletiva (não confundir aqui com a idéia de inconsciente coletivo, de Jung), distanciando-se do abstracionismo do sistema lingüístico saussuriano, volta-se para o diálogo entre o eu e o outro, entre muitos eus e muitos outros. Para ele, o discurso é uma situação, é o resultado da interação dos interlocutores. A intersubjetividade dialógica, dessa forma, passa a ter uma nova valoração: além de expressão de elementos inconscientes, ela surge também como elemento social.

Wittgenstein, após passarmos por Freud, Lacan e Bakhtin, coroa a área da linguagem com sua concepção de jogos de linguagem. Ele era mais consciente do que qualquer outro filósofo sobre a contingência, a historicidade e a imprevisibilidade de nossos jogos de linguagem e de nossas formas de vida (cf. BOUVERESSE, 1991: p. 74) e desenvolveu uma teoria da significação que leva em consideração as condições pragmáticas do uso lingüístico (*Die Sprache ist ein Labyrinth von Wegen*). Dentro da noção wittgensteiniana, podemos dizer que o conceito de linguagem está contido no conceito de comunicação (cf. HARRIS, 1990: p. 97).

Wittgenstein também não aceita a imagem do mundo como algo ontologicamente dado. Pelo contrário, ele a vê como o resultado de interpretações lingüísticas – e, nesse aspecto, assemelha-se a Bakhtin. Segundo Wittgenstein, as interlocuções entre as pessoas se constroem a partir de três momen-

tos: quando alguém fala; quando alguém responde, correspondendo ao convite para um dado jogo de linguagem; e quando o terceiro proferimento atesta que houve um acordo entre os interlocutores, que têm conhecimento de que se comunicam e que sabem qual é o jogo no qual estão envolvidos.

A preocupação com o eu e o outro tinha sido inquietação de Heidegger, de Sartre e dos outros teóricos tratados neste capítulo, mas consideramos Michail Bakhtin, o filósofo da liberdade, precursor de todos estes estudiosos. Isolado em seu país (ex-URSS), muitas vezes em situação de verdadeiro exílio, não deixou de pensar na relação intersubjetiva, ainda nas duas primeiras décadas do século. Dentre alguns de seus apontamentos-chave, destacamos o discurso como situação. Cada um de nós torna-se, na concepção bakhtiniana, responsável por nossas atividades, que ocorrem na fronteira do eu e do outro. Nesse espaço, ocorre a vida. O eu precisa do(s) outro(s) para ser “autor” de si mesmo e não existe fora do ambiente social. Posso ver o que você não pode ver, e você vê o que eu não vejo (pensamento que está de acordo com as idéias de Berger e Luckmann). O eu se constrói em colaboração. Sua filosofia da linguagem está baseada no dialogismo, como diz o próprio BAKHTIN, citado por SLAM (1999: p.28): “Nossa identidade forja-se no intercâmbio de linguagem com outros, à medida que começamos a nos ver através dos olhos de outros.” (SLAM, 1999).

A forma simples e adequada de se expressar verbalmente a autêntica vida humana é por meio do diálogo aberto-e-fechado (*opened dialogue*, cf. SHOTTER, 1994). A vida, em sua verdadeira natureza, é dialógica. Viver significa participar em diálo-

gos: fazer perguntas, responder, concordar, e por aí em diante. Em um diálogo a pessoa participa completamente da vida do outro: com seus olhos, lábios, mãos, alma, espírito, ações.

Quando o diálogo é mantido em uma situação face a face – um dialogante vê e percebe o outro – esse outro torna-se “real” para o primeiro, e vice-versa. O outro torna-se mais real do que eu e, nessa interlocução, o que eu sou fica acessível ao outro; por outro lado, eu somente sou acessível a mim mesmo a partir da atitude que o outro mantém para comigo, dentro de uma perspectiva especular. A atitude do outro é uma resposta a mim, segundo estudo de Berger e Luckmann.

5 Conclusão

Tönnies significou, para a comunicação social, um emblema dos esforços que, desde o início do século, foram tomados por psicólogos, antropólogos e sociólogos para entender a intersubjetividade e a construção do social. A antropologia mergulhou nas escavações e ossadas, mas também no estudo das línguas como agentes modeladores das experiências subjetivas. Os psicólogos começaram a estudar como as pessoas adquirem significados e como a linguagem influi na percepção, na memória e no comportamento social. A sociologia passou a estudar como o processo de interação sóciolingüística modela a vida pessoal e social.

Porém, somente nas últimas décadas é que o sonho dos defensores da relação eu – outro como relação fundamental para a compreensão do processo comunicativo pôde ser melhor contemplado. Um caminho sinuoso foi percorrido. Recordamos que, na primeira metade do século XX, ficou evidente a opo-

sição entre a pesquisa administrativa (americana; empírica) e a pesquisa crítica (européia; teoricamente orientada). Com o passar do tempo, ocorreu uma confluência entre as duas tradições: a influência dos MCM sobre o público (EUA) e o conhecimento das determinantes estruturais do pensamento (Europa) se amalgamaram e originaram novas perspectivas. Daí, foram surgindo outros paradigmas.

O primeiro paradigma, chamado de Clássico ou Paradigma da Teoria da Informação, representado principalmente por Shannon e Lasswell, naturalizou a idéia de transmissão linear e unilateral, dividindo claramente papéis e funções no processo comunicativo. Como já foi visto, ele trabalha com um modelo fechado, atemporal e generalizável. Os interlocutores são vistos como agentes técnicos, isolados e de fora de uma relação. Não há um tempo e um espaço partilhados entre emissor e receptor. Este é, portanto, um paradigma fácil de ser aplicado, devido à sua estrutura matemático-lógica.

O Paradigma Clássico vigorou a partir dos anos 40. A complexidade dos MCM e do processo comunicativo foi aumentando com o *Two-step flow*. Porém, a Escola de Frankfurt ainda reproduzia o mesmo modelo. Adorno, por exemplo, afirmava que o homem na massa não tem singularidade; não passa de objeto manipulável.

Em desacordo com tal paradigma, foram aparecendo escolas, com suas correntes de “transição”. Não necessariamente propunham um novo modelo, mas forneciam conceitos e fundamentação para se construir um outro. Vimos Edgar Morin com a realidade policultural, ocasionada pela indústria cultural. Na Escola de Birmingham, a cultura tornou-se resumo das interrelações que atra-

vessam as diversas práticas sociais. A historicidade e as estruturas sociais exteriores aos MCM passaram a ser elementos essenciais para a pesquisa sobre comunicação. Enfim: a vida social começava, com novos paradigmas, a atravessar e a integrar o processo comunicativo. O receptor já não era mais a *tabula rasa* da ignorância, sobre a qual a indústria cultural inscrevia o que bem quisesse.

A partir das contribuições do Interacionismo Simbólico, foi estabelecido o Paradigma Interacional. O ser humano é visto como ser em ação; ação esta que é resultado de um processo de interpretação, e o ato comunicativo é visto como processo de significação, e não apenas como um fenômeno transmissivo. A interação social forma os comportamentos e fornece significados para a construção social. Eis uma sociedade interativa, onde existe a influência recíproca dos sujeitos, além de uma complexidade (bem ao gosto dos estudos de Morin) que permeia a atividade humana. Em suma: a compreensão dos fenômenos comunicativos que envolvem os MCM deve, neste modelo, ser buscada também fora deles, ou seja, na vida social e em indivíduos concretos que se interrelacionam.

Tal paradigma também discute o mundo criado pela mídia, que afeta as maneiras pelas quais os indivíduos e os grupos interpretam seus mundos interpessoal e pessoal. Mídia que também pode ser índice das transformações sociais (e espelho de tais transformações). Nossas redes interpessoais de amigos, nossa família e nossos colegas de trabalho são também dependentes de recursos de informação da mídia.

Ainda no contexto deste paradigma, destacamos a notável contribuição da psicanálise, como um todo, por meio da qual as

novas técnicas que diziam respeito a “coisas” tão impalpáveis como a crença, o desejo ou a opinião, passaram a ser conhecidas como elementos que investem maciçamente em nosso imaginário e realizam nosso sonho mais tenaz: a abolição (relativa) do espaço e do tempo habituais. Ela demonstrou nosso sentimento narcísico de estar em toda parte, e propôs que a difusão mediática surge para embaralhar nossos territórios, tornar difusas as distinções ou identidades adquiridas. Devido à sua participação e construção, a psicanálise não conseguiu sair indene de uma confrontação com outras disciplinas (como a cibernética, a midiologia, a pragmática e a semiologia), e vice-versa.

Paralelamente a este paradigma, foi estabelecido o Paradigma das Interações Comunicacionais, no qual também é preciso valorizar a vida social, fonte da comunicação. É um paradigma que recebe contribuições de outros paradigmas e escolas, além da presença teórica de autores como Quéré, Thompson e Pierre Levy. Nele, a comunicação é um processo social básico e a vida social compõe-se de interações comunicativas todo o tempo. A dimensão relacional passa a evidenciar que, na comunicação, existe sempre interação – as pessoas falam diante de um outro. A mensagem passa a ser objetivação de um sentido, de uma dimensão subjetiva. Os interlocutores são respeitados por sua bagagem cultural; são sujeitos reais, com desejos, objetivos, necessidades, valores, afetos e estabelecem expectativas em relação ao outro.

E, ao pensarmos na presença do afeto, fazemos referência a Lacan, quando ele mostra que sempre amamos aquele que carrega um traço do objeto anteriormente amado, de tal forma que se pode dizer que todos os se-

res por nós amados se assemelham por um traço. O outro sempre possui algo de mim, ao mesmo tempo que introjeta elementos advindos da alteridade.

Queremos finalizar este desfile de teorias e autores com a presença contemporânea de Patrick Tacussel, para quem a comunidade é o espaço das relações intersubjetivas. Em seus estudos, discute-se que, para que as pessoas se falem e se escutem, é necessário que se reconheçam como sujeitos de uma troca. Para que uma mensagem ou significação seja compartilhada, é preciso que seja reapropriada de maneira intersubjetiva, ainda que essa reapropriação seja polêmica e conflituosa. Como ele mesmo afirma:

“A intersubjetividade é a penetração histórica do tempo na memória individual e coletiva. Assim, nós podemos nos falar ou não nos falar, simplesmente. Quando esse liame se quebra, não podemos mais falar. Quando ele não funciona, a pessoa diante de nós torna-se radicalmente estrangeira, não se pode mais penetrar em seu espaço intersubjetivo.

Vivemos espontaneamente, em nossas relações cotidianas, o tempo como forma de memória ou como forma histórica na consciência, e isso constitui a ligação intersubjetiva.” (TACUSSEL, 1998: p.5,6).

E ele prossegue afirmando que cada um de nós faz parte do espaço intersubjetivo e que é necessária a ligação entre tempo memorizado e tempo histórico para que as relações intersubjetivas se criem. A comunidade começa nesse reconhecimento do semelhante e

do diferente, do interior e do exterior, do próximo e do distante, do que se parece comigo e do que não se parece. Isso faz com que vejamos o outro como uma alma – ele tem uma alma que nos é próxima. O reconhecimento do outro como alguém que tem sentimentos, rejeições, alegrias ou tristezas que eu posso compreender, porque posso viver da mesma maneira que ele.

O teórico francês retoma as idéias de Tönnies ao afirmar que a comunidade não existe como abstração. A comunidade é a comunidade socialmente vivida, sempre se refazendo. Tacussel levanta ainda uma pergunta instigante:

“... como fazer para que o que faz sentido para mim em situações, objetos ou realidades mais ou menos fortes, seja ao mesmo tempo fundador de uma experiência comum, faça sentido para outros, sem que para tanto se esgote seu próprio sentido ao ser compartilhado?” (TACUSSEL, 1998: p.9).

E ele exemplifica ao tratar do amor e do erotismo. O gozo feminino jamais será compreendido por um homem, por mais que ele procure entender a intimidade da mulher. Ao mesmo tempo que constatamos tais “impossibilidades da alteridade”, sabemos que a comunidade e a sociedade estão incorporadas a nós, elas estão em nosso corpo, ou, antes, nosso corpo é uma extensão, também, do social e do coletivo. Podemos questionar que relacionamentos conseguiriam se estabelecer distanciados deste modelo comunicativo. Quais vínculos – mesmo que mediatisados pelos mais diversos suportes (dos mais

concretos aos mais virtuais – como os que se formam por via da *internet*) se concretizam sem a interpenetração dos campos culturais e eróticos¹⁹ de um e de outro?

Temos, por conseguinte, percebido que todas as teorias que trabalham com o conceito e o desenvolvimento da intersubjetividade estão, de alguma forma, confirmando a riqueza humana presente nas pluralidades de variáveis da vida social; variáveis estas que fazem parte, ao mesmo tempo, da teia comunicacional e mediática. Assim, uma dada “história” não será a mesma e as reações, apreensões e colaborações advindas de seu contexto não serão jamais idênticas se o indivíduo nasceu, por exemplo, em uma casa com muitas pessoas, se foi órfão, filho único, se teve um irmão ou uma irmã, dois irmãos, cinco, dez; ou ainda: haverá influência da cultura em que se foi criado – a cultura do país, do estado ou província, da região, da cidade, do bairro, dos livros que se leu por gosto, dos livros que se leu por obrigação, da religião professada ou da que se rejeitou; das amizades instituídas, dos vínculos que se desarmonizaram, da educação familiar e acadêmica recebida, das experiências sensoriais e sexuais, dos *hobbies* que se praticou e pratica, dos filmes assistidos, das doenças que se teve, dos veículos de mídia aos quais sempre se teve acesso, das novelas que se acompanhou na TV, dos telejornais, das viagens, dos jogos prediletos, dos sonhos realizados, das frustrações e traumas, dos desejos reprimidos, dos medos e das paixões... Enfim, não se pode pensar a comunicação e os sujeitos como independentes das

¹⁹ Erótico, neste caso, não adquire necessariamente o sentido sexual do termo. É, antes de tudo, algo que ultrapassa e abarca o sentido popular.

inferências históricas, sociais, étnicas, estéticas, psicológicas, languageiras, econômicas, sociológicas, se se quiser empreender “bons acertos” no campo da intersubjetividade. Ao mesmo tempo, não se pode pensar os sujeitos deslocados da inferência mediática, esta instância onde, tantas vezes, se refletiram nossos desejos e desencontros. Tudo parece uma cornucópia na qual os elementos, se bem que distintos, interagem continuamente – devido a sua natureza *in transitu*. E, em princípio, de maneira algo paradoxal, percebe-se que, em meio a tantas diferenciações e esquemas em trânsito, há similitudes básicas que nos aproximam uns dos outros, que nos torna humanos amorosos e amáveis uns para com os outros, as quais já foram mencionadas e implicitamente inseridas no decorrer deste trabalho, quais sejam: o desejo, a atração pelo outro impulsionada pelo desejo, a linguagem que veicula a “castração” e a inserção na cultura, e a comunicação, *locus* excelso das relações intersubjetivas.

6 Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BERGER & LUCKMANN. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- BLEICHMAR, Hugo. *Introdução ao Estudo das Perversões. Teoria do Édipo em Freud e Lacan*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- BOUGNOUX, Daniel. *Comunicação – Introdução às Ciências da Informação e da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BOUVERESSE, Jacques. *Herméneutique et linguistique suivie de Wittgenstein et la philosophie du langage*. Combas: Éditions de L'Éclat, 1991.
- BRAND, Gerd. *Los textos fundamentales de Ludwig Wittgenstein*. Madrid: Alianza, 1981.
- DEFLEUR, Melvin L. & BALL-KOKEACH, Sandra. *Teorias da Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- HARRIS, Roy. *Langage, Saussure and Wittgenstein*. London: Routledge, 1990.
- HINTIKKA, Merrill & HINTIKKA, Jaakko. *Uma investigação sobre Wittgenstein*. Campinas: Papirus, 1994.
- LACAN, Jacques. “O Estádio do Espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica”. In: LACAN, Jacques et al. *O sujeito, o corpo e a letra*. (sem local): Arcádia, 1977, p. 20-28.
- MATTELART, Armand & Michèle. *História das Teorias da Comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.
- MCQUAIL. *Mass Communication Theory. An Introduction*. Beverly Hills: Sage, 1983.
- MORIN, Edgar. *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Europa-América, 1983.

NASIO, J.-D. *Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

QUÉRÉ, Louis. “De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxeológico”. (Trad. Vera Lígia Westin e Lúcia Lamounier). (Impresso). Do original: “D’un modèle épistemologique de la communication à un modèle praxéologique”. In: RESEAUX, n° 46/47. Paris: Tekhné, mar-avril 1991.

SHOTTER, John. *‘Now I can go on’: Wittgenstein and Communication*. Durham: University of New Hampshire. (Paper).

STAM, Robert. *Bakhtin – da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo: Ática, 1992.

TACUSSEL, Patrick. “Comunidade e sociedade: a partilha intersubjetiva do sentido”. in: *GERAES – Revista de Comunicação Social*, Belo Horizonte, n° 49, p. 3-12, Maio de 1998.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.

WATZLAWICK, Paul. *Pragmática da comunicação humana – um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação*. São Paulo: Cultrix, 1973.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença, 1995, 4ª ed.